

HABEAS CORPUS Nº 515.172 - SC (2019/0167407-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ANDRE SANTOS CORREA DE AMORIM E OUTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM - SC011253
ANDRE SANTOS CORRÊA DE AMORIM - SC023707
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOSE DE ALMEIDA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOSÉ DE ALMEIDA contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo denegou o *writ* impetrado perante aquela instância, nos autos de n. 0003785-90.2018.8.24.0067 (e-STJ fls. 271/272):

RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO – HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO COMETIMENTO MEDIANTE PAGA OU PROMESSA DE RECOMPENSA E RECURSO QUE DIFICULTOU E/OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 121, § 2º, I E IV, DO CP) – PRONÚNCIA – RECURSOS DEFENSIVOS. IMPUGNAÇÃO A ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA FIRMADO POR CORRÉU – ILEGITIMIDADE DO DELATADO PARA IMPUGNÁ-LO – REGRA – ENTENDIMENTO DO STF – EXCEÇÃO NÃO VERIFICADA – CONFRONTAÇÃO POSSÍVEL EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO DA COLABORAÇÃO QUE TOCA AO DELATADO – PRELIMINAR NÃO CONHECIDA – APRECIÇÃO JUNTO DO MÉRITO.

I – Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o delatado não tem legitimidade para impugnar o acordo de colaboração premiada (HC 127483/PR, rel. Min. Dias Toffoli, j. em 27.08.2015), afora excepcional hipótese em que conta com prerrogativa de foro e almeja, com a impugnação, assegurar que o tribunal competente proceda à homologação do acordo que lhe toca (HC 151605/PR, rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 20.03.2018).

II – Embora o delatado (em regra) não detenha legitimidade para impugnar o acordo de colaboração, por se tratar de negócio jurídico personalíssimo do colaborador, perfilha o Supremo Tribunal Feral o entendimento de que lhe é autorizado confrontar, no exercício do contraditório, as declarações do colaborador e as provas por ele indicadas.

PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO, IMPRONÚNCIA E DESCLASSIFICAÇÃO – COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO CONSELHO DE SENTENÇA – ELEMENTOS REUNIDOS NOS AUTOS QUE FORNECEM SUSTENTAÇÃO ÀS TESES DE ACUSAÇÃO E DEFESA – FASE DO SUMÁRIO DA CULPA QUE NÃO SE PRESTA À VALORAÇÃO DAS PROVAS E FATOS – CRIMES CONEXOS A SEREM IGUALMENTE APRECIADOS PELOS JURADOS – MANUTENÇÃO DA PRONÚNCIA.

I – Constatadas nos autos provas da materialidade do fato e indícios suficientes de autoria, a questão deve ser julgada pelo Tribunal do Júri, a quem cabe decidir sobre os crimes dolosos contra a vida (CRFB, art. 5º, XXXVIII, 'd').

II – A decisão de pronúncia está amparada por um juízo de probabilidade e não possui natureza definitiva, já que não vincula o julgamento a ser conduzido pelo Tribunal do Júri.

Assim, é possível pronunciar o acusado ante suficientes indícios da autoria e materialidade do fato, relegando para o Conselho de Sentença, além do enfrentamento das teses de acusação e defesa, também o julgamento de eventuais crimes conexos ao, em tese, contra a vida.

RECURSO DO ACUSADO ADELINO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO – RECURSOS DOS DEMAIS ACUSADOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

A defesa alega, em síntese, que não há suporte probatório mínimo para justificar a ação penal em relação ao paciente, principalmente porque a acusação, que o denunciou pelo cometimento, entre outros, do crime de associação criminosa, deixou de apresentar indícios de estabilidade e permanência do grupo, bem como de prévio ajuste entre os membros e finalidade de cometer crimes indeterminados.

Em liminar, pede que se suspenda o trâmite da ação penal e, no mérito, que se determine o seu trancamento.

É o relatório. **Passo a decidir.**

De plano, registre-se que é indevida a impetração de *habeas corpus* como sucedâneo recursal, haja vista o cabimento, em tese, de meio de impugnação com regência legal específica. Nada obstante, no caso em tela, a

possibilidade de cognição de ofício de eventual ilegalidade flagrante impõe o exame das teses, por meio das quais a defesa se insurge contra acórdão denegatório de medida de urgência análoga à presente, ajuizada perante a instância regional.

O trancamento da ação penal na via estreita do *habeas corpus* é medida que só se legitima diante de hipótese inequívoca de rejeição da denúncia, de atipicidade da conduta, de extinção da punibilidade, *verbi gratia*. Nessa linha de entendimento, confirmam-se os seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CRIME DE AMEAÇA. ÂMBITO DOMÉSTICO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO VERIFICADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...).

II - A jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, bem como desta eg. Corte, há muito já se firmou no sentido de que o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não ocorre no caso. (Precedentes do STF e do STJ).

III - Ausentes abuso de poder, ilegalidade flagrante ou teratologia, o exame das provas da materialidade delitiva ou dos indícios de autoria demandam amplo e aprofundado revolvimento fático-probatório, incompatível com a via estreita do habeas corpus, que não admite dilação probatória, reservando-se a discussão à instrução processual.

IV - In casu, verifica-se que foram apontados elementos mínimos suficientes que autorizam o prosseguimento da ação penal, sopesados, conforme consignado, no fato de que a vítima compareceu junto à Secretaria do Ministério Público e noticiou diversas mensagens contendo as referidas ameaças trocadas, via celular, entre ela e o acusado, tendo sido registrado tudo o que foi relatado em termo de declarações.

V - Na linha da jurisprudência desta eg. Corte Superior, a palavra da vítima, mormente em crimes ocorridos no ambiente

doméstico, assume valor probatório de maior robustez, apto a lastrear a persecução penal (precedentes do STJ e do STF).

VI - Ademais, o reconhecimento de ausência de justa causa, na espécie, mostra-se inviável, ante a ausência de convergência probatória, devendo tal dilação ser realizada com a observância do devido processo legal, em cognição exauriente, ultimando-se com a prolação de sentença, após finda a persecução penal (precedentes).

Habeas corpus não conhecido.

(HC 500.629/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 03/06/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. REQUISITOS DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DESCRIÇÃO ADEQUADA. NÃO INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. POSSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. RECURSO IMPROVIDO.

1. O trancamento da ação penal somente é possível, na via estreita do habeas corpus, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

2. Pela leitura da inicial acusatória, da decisão que analisou a resposta à acusação, bem como do acórdão recorrido, verifica-se que a denúncia é suficientemente clara e concatenada, e atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, não revelando quaisquer vícios formais. De fato, encontra-se descrito o fato criminoso, com todas as circunstâncias necessárias a delimitar a imputação, encontrando-se devidamente assegurado o exercício da ampla defesa.

3. Nos casos de crimes societários e de autoria coletiva, tem se admitido a denúncia geral, a qual, apesar de não detalhar minudentemente as ações imputadas aos denunciados, demonstra, ainda que de maneira sutil, a ligação entre sua conduta e o fato delitivo, conforme ocorre nos autos.

4. Tendo a Corte a quo concluído pela presença de elementos indiciários suficientes para sustentar a materialidade delitiva e apontar para a autoria, eventual mudança de entendimento a respeito da persistência de lastro probatório suficiente para

justificar a continuidade da persecução criminal, depende de novo e aprofundado exame do conjunto de fatos e provas carreados aos autos, providência não comportada pelos estreitos limites cognitivos do habeas corpus.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 108.775/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS PARA SUSTENTÁ-LA. ASSERTIVA DE LITISPENDÊNCIA. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. RECURSO DESPROVIDO.

1. *Para se concluir pela existência de litispendência e que o paciente deveria ser absolvido sumariamente, é necessário o exame aprofundado de provas, inviável em sede de habeas corpus.*

2. *Recurso ordinário desprovido.*

(RHC 103.316/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E TENTADO, SEQUESTRO (POR CINCO VEZES) E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115 DO STJ. ENTENDIMENTO APLICÁVEL AO RECURSO ORDINÁRIO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RETIRADA DA PROVA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM COM ILÍCITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SUPORTE PROBATÓRIO REMANESCENTE APTO A JUSTIFICAR A PERSECUÇÃO PENAL. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...).

2. *Para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos*

probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que o julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

3. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se verifica no caso em apreço.

4. Hipótese em que o acórdão recorrido entendeu que o exame da existência de prova ilícita por derivação exige o revolvimento aprofundado de matéria fático-probatória, devendo ser realizado pelo Juízo de primeiro grau, que detém melhores condições de análise da prova obtida, constando a eventual existência de nexo causal e de fonte independente.

5. No caso em exame, verifica-se que a própria ordem concedida pelo TJPA, nos autos do HC n. 0800709-45.2017.8.14.0000, determinou a exclusão das provas obtidas por meio das conversas de whatsapp do celular apreendido sem ordem judicial, com a expressa determinação de manutenção das demais provas contidas na denúncia. Assim, concluiu o acórdão recorrido que, mesmo com a determinação do Juízo de primeiro grau, que considerou não inscritos os termos da denúncia que faziam referência às provas ilícitas, a exordial acusatória atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como não restou evidenciada a falta de justa causa para a persecução penal, diante dos indícios suficientes de autoria e materialidade.

6. Recurso em habeas corpus não provido.

(RHC 102.128/PA, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019)

No caso destes autos, ao menos nesta leitura liminar, não se identificam os vícios apontados pela defesa, segundo a qual a denúncia seria inepta quanto ao apontado crime de associação criminosa. Pelo contrário, a

peça acusatória, interpretada de forma correta pela sentença de pronúncia, parece haver apontado indícios válidos quanto à associação entre o paciente e três sobrinhos, que cometeriam crimes de extrema gravidade, inclusive homicídios mediante paga. Dentre os indícios da associação, por parte do paciente, estariam a comercialização e o transporte de arma de fogo, além do transporte de um dos associados (e-STJ fls. 23/24):

Os denunciados ABEL, DAVID e LUCAS também dividiram tarefas para a prática dos atos preparatórios do homicídio e dos posteriores à sua execução. Nos dias 06 e 08 de agosto de 2018, o denunciado LUCAS esteve em Guaraciaba e em São Miguel do Oeste, a fim de obter informações sobre o itinerário da vítima, ao passo que, nos dias 18 e 19 de agosto do ano corrente, os denunciados ABEL e DAVID retornaram a Guaraciaba, para resgatar os objetos utilizados no crime e, posteriormente, abandonados.

Ainda, o denunciado JOSÉ DE ALMEIDA, tio dos irmãos ABEL, DAVID e LUCAS, realizou tratativas com um indivíduo desconhecido para comercializar uma arma de fogo.

Logo após a prisão dos denunciados ABEL e LUCAS, o denunciado JOSÉ, já ciente de que seus três sobrinhos estavam envolvidos no homicídio de Joacir, conversou com uma pessoa sobre sua intenção em vender uma arma de fogo, que estava em seu poder, com o objetivo de arrecadar dinheiro para custear a contratação de advogado para defesa dos sobrinhos (fls. 325-326).

Outrossim, o denunciado JOSÉ, depois da prática do crime, levou de carro o denunciado DAVID até Rio Bonito do Iguaçu, no estado do Paraná, local em que posteriormente DAVID foi preso.

Os denunciados ABEL, DAVID e LUCAS também possuem envolvimento com comércio de armas de fogo e de entorpecentes.

Nos aparelhos celulares dos denunciados, há diversas imagens de munições e de armas de fogo de diferentes calibres, sendo algumas delas de uso restrito (fls. 339-344 e 364-368). Ainda, foram identificadas conversas dos denunciados com outros interlocutores, nas quais havia trocas de informações sobre armas de fogo, bem como menção da aquisição e venda dos artefatos pelos próprios denunciados (fls. 381, 386-387 e 390-393).

Ademais, nos aparelhos celulares dos denunciados, foram capturadas fotos em que aparecem diversos tabletes prensados e

embrulhados, um torrão de substância semelhante à maconha em cima de uma balança de precisão, bem como algumas porções de substância também semelhante à maconha, acondicionadas individualmente e prontas para venda a terceiros (fls. 370-372).

Ainda, os denunciados possuem envolvimento em disputas com uma facção criminosa rival no Rio Grande do Sul denominada "Manos". No primeiro semestre de 2018, ocorreu intenso confronto armado, no município de Novo Hamburgo/RS, na residência do denunciado JOSÉ DE ALMEIDA, após o denunciado LUCAS ter alvejado um parente de uma pessoa que comandava o tráfico de drogas na região do referido município (fls. 377-380).

Por fim, os denunciados ABEL, DAVID e LUCAS e um indivíduo chamado "Seco Valdir", que está preso no estado do Rio Grande do Sul, por meio de conversas telefônicas, combinaram que, após a saída de Valdir do estabelecimento prisional, iriam cometer diversos crimes, notadamente assaltos contra políticos e furtos de caixas eletrônicos (fls. 382-386).

Assim, apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator